



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL REPUBLICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 579/2025

(RETIFICADO CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4123/2025)

Objeto: Credenciamento de interessados na prestação de serviços de desenvolvimento de oficinas em diferentes linguagens e práticas artísticas, culturais e esportivas, conforme condições estabelecidas nesse instrumento convocatório.

CRENCIAMENTO: 01/2025	<p>Divulgação de edital: 04/02/2026 às 09 h 00 m</p> <p>Inscrição a partir do dia 04/02/2026 às 08 h 30 m</p> <p>Horário de atendimento das 08 h 30 m às 16 h 30 m</p> <p>Endereço: Ginásio Poliesportivo “Lamartine de Paula Lima” – Endereço: Av. Prof. Walter Ribas de Andrade nº 300 – Centro – Cajamar</p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
--	---

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR**, por intermédio do departamento de compras e contratos da **SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

Os interessados deverão atender às exigências do Edital, apresentando toda a documentação para avaliação junto à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, localizada na **Av. Prof. Walter Ribas de Andrade nº 300 – Centro**. O Edital será disponibilizado no site oficial da Prefeitura do Município de Cajamar, www.cajamar.sp.gov.br

A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, pelo Decreto Municipal nº 7.139 de 2024, bem como as suas devidas alterações.

A licitante deverá observar os descritivos de cada item constantes deste edital, a apresentação de proposta subentende que a licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital.



Sumário

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	3
2.	DO CREDENCIAMENTO	4
3.	DO DESCREDENCIAMENTO.....	6
4.	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	7
5.	DO CRONOGRAMA.....	8
6.	DAS VAGAS	8
7.	DOS LOCAIS DE ATUAÇÃO	8
8.	DA COMISSÃO DE SELEÇÃO	8
9.	DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS ARTÍSTICAS, CULTURAIS E ESPORTIVAS	9
10.	DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE.....	10
11.	DA CONTRATAÇÃO	10
12.	DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO DURANTE A VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO	10
13.	DA REMUNERAÇÃO.....	11
14.	PENALIDADES.....	12
15.	DA RESCISÃO	12
16.	RECURSO.....	12
17.	IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:.....	13
18.	DISPOSIÇÕES FINAIS	13
	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.....	15
	ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO;	22
	ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO;	24
	ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO FUNCIONAL OU CONTRATUAL E DE PARENTESCO	25
	ANEXO V - MODELO PARA PROPOSTA ARTÍSTICA, CULTURAL OU ESPORTIVA	26
	ANEXO VI - MODELO PARA CURRÍCULO ARTÍSTICO, CULTURAL OU ESPORTIVO	27
	ANEXO VII - SANÇÕES	28
	ANEXO VIII - DECLARAÇÃO LGPD.	40



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. OBJETO

- 1.1.1. Chamamento público para credenciamento de interessados na prestação de serviços de desenvolvimento de oficinas em diferentes linguagens e práticas artísticas, culturais e esportivas
- 1.1.2. Os projetos apresentados deverão seguir minimamente as ementas propostas no Anexo V deste Edital, a quantidade de vagas por oficina a serem disponibilizadas, conforme o quadro abaixo:

Quant. de vagas	Oficinas	Faixa etária	Carga horária semanal
02	Artes Plásticas: pintura em tela / Técnicas e práticas de desenho	Desenho: dos 06 até 13 anos Pintura em tela: a partir dos 14 anos	10 horas (cada)
01	Violino	A partir dos 06 anos	08 horas
02	Violão	A partir dos 06 anos	07 horas (cada)
02	Capoeira	A partir dos 06 anos	06 horas (cada)
02	Teatro e Teatro Infantil	A partir dos 06 anos	10 horas (cada)
02	Ballet	Dos 06 até 13 anos	05 horas (cada)
01	Coral	A partir dos 14 anos	04 horas
02	Artes Marciais: Judô e Karatê	A partir dos 05 anos	10 horas (cada)
02	Ginástica Artística	A partir dos 05 anos	15 horas (cada)
02	Artesanato: Crochê e Pintura em tecido	A partir dos 14 anos	04 horas (cada)
01	Áudio visual: Edição de vídeo	A partir dos 16 anos	08 horas
01	Muay Thai	A partir dos 05 anos	06 horas
01	Fotografia	A partir dos 16 anos	04 horas
01	Contação de Histórias	A partir dos 16 anos	04 horas



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

01	Dança do Ventre	A partir dos 14 anos	06 horas
03	Natação	A partir dos 06 anos	20 horas cada

1.1.3. Os credenciados integrarão o cadastro específico válido por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que informados 30 (trinta) dias antes de finalizar o contrato vigente.

1.1.4. São atribuições do oficineiro:

- a) Elaborar, desenvolver e avaliar atividades com seu público-alvo (crianças, adolescentes, adultos e idosos), a fim de propiciar vivência e participação ativa no processo de ensino e aprendizagem no qual estiver inserido;
- b) Participar de reuniões com a coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer sempre que convocado;
- c) Participar das ações de formação propostas pela coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- d) Organizar e apresentar todos os conteúdos relativos às pesquisas, planejamento e avaliação das atividades sempre que solicitado pela coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- e) No caso das atividades culturais, deve-se desenvolver junto à coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer uma apresentação dos alunos para que os mesmos vivenciem artisticamente os aprendizados em aula. O espetáculo de encerramento da oficina deverá conter: tema, roteiro e direção;
- f) As oficinas serão organizadas conforme demanda observada pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e disponibilidade orçamentária;
- g) Planejar e organizar a participação dos alunos das oficinas em atividades e eventos organizados pela Prefeitura do Município de Cajamar.

1.2. JUSTIFICATIVA

1.2.1. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer tem a prerrogativa legal de promover ações formativas nas áreas cultural e esportiva. Este Edital visa credenciar profissionais habilitados para a realização de oficinas e apresentações artísticas, culturais e esportivas correlatas nas mais diversas áreas de atuação, como: Dança do Ventre, Violino, Violão, Capoeira, Teatro e Teatro Infantil, Ballet, Dança de Salão, Coral, Artes Marciais: Judô/Jiu-Jitsu e Karatê, Ginástica Artística, Artesanato: Crochê e Pintura em tecido, Áudio Visual: Edição de vídeo, Muay Thai (crianças com TEA), Percussão, Artes Circenses, Elaboração de Projetos Culturais, Fotografia, Contação de Histórias, Dança K-Pop, Natação e demais áreas que se fizerem necessárias

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. As inscrições para este credenciamento serão gratuitas e estão condicionadas à entrega dos formulários e demais exigências contidas neste Edital na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – Endereço: **Av.**



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Prof. Walter Ribas de Andrade nº 300 – Centro – Cajamar, a partir de **XX de XXXX de 2025**, segunda a sexta-feira, das 08h30 às 16h30.

2.2. Telefones para esclarecimento de dúvidas – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, (11)4446-0131 ou através do e-mail (esportes@cajamar.sp.gov.br).

2.3. A inscrição do candidato implicará na ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.4. Forma de Apresentação dos Documentos:

2.4.1. Os Documentos de credenciamento deverão ser apresentados, em 1 (um) único envelope **fechado e indevassáveis**, contendo em sua parte externa, além do nome e endereço da proponente, as seguintes indicações:

<p style="text-align: center;">PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR</p> <p style="text-align: center;">CRENCIAMENTO 01/2025</p> <p style="text-align: center;">(Nome do credenciado)</p> <p style="text-align: center;">(Oficina proposta)</p> <p>Endereço:</p> <p>CEP:</p> <p>EMAIL:</p> <p>TELEFONE:</p>
--

2.5. Para proceder sua inscrição, o candidato deverá entregar em envelope lacrado, devidamente identificado com nome completo e telefone, contendo a seguinte documentação:

- a) Ficha de inscrição preenchida e assinada (Anexo II);
- b) Cópia do RG;
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia do Título de Eleitor;
- e) Certidão de quitação eleitoral referente aos últimos 05 (cinco) anos
- f) Cópia do comprovante de residência atualizado;
- g) Cópia do diploma e ou certificação de conclusão de curso, na área de atuação;
- h) Comprovante de notório saber, quando for o caso;
- i) Apresentar comprovação da experiência e tempo de atuação da atividade através de material de divulgação, portfólio, outros;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- j) Currículo artístico / cultural ou currículo esportivo (para as modalidades esportivas), atualizado e assinado (**Anexo VI**). As atividades relacionadas no currículo deverão ser acompanhadas dos respectivos documentos de comprovação das atividades artísticas / cultural ou esportivas desenvolvidas, diploma, certificados, registros de trabalhos realizados, declarações, publicações na imprensa, entre outros, que poderão ser apresentados em cópia simples, conforme os itens “g”, “h” e “i”;
 - k) As atividades relacionadas no currículo, não comprovadas, serão desconsideradas pela Comissão de Seleção;
 - l) Os documentos apresentados deverão estar em nome do profissional proponente ou como coautor ou outra forma de participação;
 - m) A ausência da apresentação de quaisquer dos documentos exigidos, documentos ilegíveis ou incorretamente preenchidos, ensejará à impugnação da inscrição;
 - n) Declaração do proponente de que tem ciência de que o seu credenciamento e possível seleção para integrar o credenciamento não geram direito subjetivo a sua efetiva contratação e que conhece e aceita incondicionalmente as regras do presente Edital, responsabilizando-se por todas as informações contidas na proposta de trabalho, caso venha a ser contratado, após apresentar a documentação exigida pela Municipalidade (**Anexo III**);
 - o) Declaração de ausência de vínculo funcional ou contratual e de parentesco (**Anexo IV**);
 - p) Proposta de Trabalho, conforme modelo disponível (**Anexo V**), para a área e ou a modalidade que pretende concorrer ao credenciamento devendo o mesmo ser apresentado de forma clara e objetiva.
 - q) Anexo VIII – Declaração LGPD
- 2.6. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer poderá ampliar ou reduzir as turmas das oficinas, mediante avaliação técnica, demandas, dados estatísticos e disponibilidade de recursos financeiros, durante a vigência.
- 2.7. Os horários e dias de realização das aulas serão definidos pela coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, de acordo com as demandas, faixa etária e espaços públicos.
- 2.8. Não será admitida a entrega de documentos após o período das inscrições.
- 2.9. Os candidatos poderão apresentar até 02 (dois) projetos e planos de trabalho diferentes, podendo ser contemplados de acordo com a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

3. DO DESCREDENCIAMENTO

- 3.1. O credenciado poderá, a qualquer momento, solicitar o descredenciamento. O credenciado que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante requerimento escrito, para o e-mail: esportes@cajamar.sp.gov.br
- 3.2. O pedido de descredenciamento não afetará compromissos já assumidos pelo credenciado, os quais permanecerão válidos e exigíveis.
- 3.3. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer poderá, a qualquer momento, descredenciar o profissional que:

Edital de Chamamento Público – P.A 579/2025

Ginásio Poliesportivo Lamartine de Paula Lima Av. Prof. Walter Ribas de Andrade, 300 Centro – Cajamar/SP

Telefone: +55 (11) 4446-0131 – Ouvidoria: 0800-771-1223 Página 6 de 40



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- a) Se recusar, sem justificativa, por 02 (duas) vezes seguidas, a realizar o objeto deste Edital;
- b) Após haver confirmado o recebimento da ordem de execução de um trabalho e não executar dentro do prazo estipulado, ressalvadas as sanções contratuais;
- c) Descumprir qualquer das disposições deste Edital e seus Anexos;
- d) O descredenciamento por sanção administrativa, poderá impedir o proponente de celebrar novo instrumento no âmbito do Município de Cajamar pelo prazo de 03 (três) anos.
- e) Da decisão de descredenciamento caberá recurso no prazo de 03 (três dias úteis contados da notificação ao credenciado).

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar do presente chamamento, os candidatos maiores de 18 (dezoito) anos.
- 4.2. É vedada a participação de membros da Comissão de Seleção e de seus familiares, até o segundo grau de parentesco, de funcionários da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, assim como os demais funcionários de órgãos da administração direta e indireta municipal.
- 4.3. Para fins deste Edital considera-se oficinheiro a pessoa enquadrada em um ou mais dos critérios abaixo:
 - a) Possuir diploma de Licenciatura Plena, Bacharelado ou Curso Técnico nas áreas de Educação Artística, Artes Plásticas, Artes Visuais, Artes Cênicas, Teatro, Dança, Música;
 - b) Comprovar realização, nos últimos 02 (dois) anos, de atividades de difusão, formação e mediação cultural em uma ou mais de uma, das linguagens artísticas especificadas no item 4.3 “a” deste Edital.
- 4.4. Nas modalidades, Judô/Jiu-Jitsu e Karatê, os requisitos são:
 - a) Experiência na modalidade, experiência com grandes grupos e diferentes faixas etárias e capacidade de revezamento entre os núcleos.
- 4.5. Na modalidade, Ginástica Artística, os requisitos são:
 - a) Certificação em Ginástica Artística, experiência com grande número de alunos e diferentes níveis de habilidade.
- 4.6. Para as modalidades esportivas, Judô/Jiu-Jitsu, Karatê e Ginástica Artística, deve-se comprovar a realização de mediação das referidas práticas esportivas nos últimos 02 (dois) anos, conforme especificado nos itens 4.4 “a” e 4.5 “a”.
- 4.7. Comprovar notório saber, quando for o caso.

Parágrafo único: Entende-se como **notório saber**, o profissional que não cursou o Curso Superior, porém, ao levar-se em conta suas experiências profissionais anteriores, constata-se que o mesmo detém conhecimento suficiente para que possa compartilhar o ensinamento específico de sua proposta de trabalho. Considera-se como critério de notório saber: relacionar e comprovar por meio de fotos, releases e documentos de certificados, experiências profissionais e de cursos extracurriculares, conforme **anexo VI** deste Edital.

4.8. Ficam impedidas de participar desta licitação:



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- 4.8.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.8.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.8.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.8.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.8.5. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5. DO CRONOGRAMA

02 de fevereiro de 2026	Publicação
04 de fevereiro de 2026	Inscrições
05 (cinco) dias úteis após credenciamento	Avaliações e Seleção
06 (seis) dias úteis após credenciamento	Publicação do resultado
03 (três) dias úteis após a publicação do resultado	Período de recursos
03 (três) dias úteis após o período de recurso	Publicação do resultado final

6. DAS VAGAS

- 6.1. Serão oferecidas vagas conforme demanda da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
- 6.2. Os inscritos serão classificados de acordo com a pontuação recebida, em ordem decrescente.

7. DOS LOCAIS DE ATUAÇÃO

- 7.1. O oficinairo contratado realizará suas atividades em equipamentos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e/ou outros locais a serem definidos pela equipe de coordenação das oficinas.

8. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 8.1. A Comissão de Seleção constituída para esse fim será responsável pela análise e seleção das propostas e será composta conforme descrito em portaria publicada no DOM (Diário oficial municipal)



9. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS ARTÍSTICAS, CULTURAIS E ESPORTIVAS

9.1. A Comissão de seleção das propostas artísticas, culturais e esportivas observará o conteúdo, os benefícios artísticos, culturais, sociais e esportivos à comunidade, bem como, a capacidade técnica de operacionalização da proposta de acordo com os seguintes critérios e pontuação:

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Coerência entre o currículo do candidato e a proposta apresentada	A comissão avaliará se a proposta apresentada tem coerência com a formação, notório saber (quando for o caso) e experiências anteriores do candidato. Tal verificação se dará através da análise do portfólio e do currículo entregues no momento da inscrição.	0 a 10
Qualidade técnica da proposta	A comissão avaliará a qualidade técnica da proposta a partir da avaliação da justificativa, dos objetivos, das estratégias previstas e do plano de trabalho apresentado pelo candidato no momento da inscrição.	0 a 13
Inovação da proposta	A comissão avaliará o quão inovadora e quais aspectos, sejam eles artísticos, culturais, sociais ou esportivos, a proposta proporcionará aos participantes das oficinas.	0 a 10
Viabilidade técnica da proposta	A comissão avaliará a viabilidade técnica da proposta levando em conta a disponibilidade financeira, a disponibilidade de materiais necessários para a realização do projeto apresentado, a disponibilidade e adequação dos espaços para a realização das oficinas, a demanda e o público-alvo.	0 a 10
Experiência anterior do candidato	A comissão avaliará a experiência anterior do candidato em atividades culturais ou esportivas a partir do currículo e do portfólio apresentados.	0 a 05
Tempo de residência na cidade de Cajamar	O candidato inscrito e residente no município de Cajamar receberá 01 (um) ponto por ano de efetiva residência, podendo acumular no máximo 02 (dois) pontos. A comprovação deverá ser verificada através da análise de comprovante de endereço e do domicílio eleitoral.	0 a 02

9.2. Serão considerados **credenciados** os candidatos que atingirem a pontuação igual ou maior que **25 (vinte e cinco) pontos**.



- 9.3. Após a seleção e credenciamento das propostas, a Comissão de Seleção encaminhará o resultado para homologação e publicação do site da Prefeitura do Município de Cajamar ou Diário Oficial do Município, dos classificados por segmento artístico ou esportivo e por ordem de pontuação decrescente.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 10.1. Para fins de desempate serão utilizados os critérios abaixo determinados nesta ordem:
- 10.2. Maior pontuação obtida no critério “qualidade técnica da proposta”;
- 10.3. Maior pontuação obtida no critério “viabilidade técnica da proposta”;
- 10.4. Maior pontuação obtida no critério “experiência anterior do candidato”;
- 10.5. Maior pontuação obtida no critério “coerência entre o currículo do candidato e a proposta apresentada”;
- 10.6. Maior pontuação obtida no critério “inovação da proposta”;
- 10.7. Maior idade constatada no ato da inscrição;
- 10.8. Maior número de filhos.

11. DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer convocará os credenciados para contratação, mediante avaliação das demandas e disponibilidade orçamentária.
- 11.2. Após a contratação, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer definirá o local e horário em que as atividades propostas deverão ser realizadas.
- 11.3. A contratação para a execução do projeto artístico, cultural e esportivo não gera direito substantivo e efetivação no quadro de servidores da administração pública.
- 11.4. Para realizar a contratação do profissional, este deverá apresentar os seguintes documentos relacionados abaixo, haja vista que a regularidade fiscal e trabalhista é obrigatória para habilitação em processos de contratação pública, conforme disposto no art. 62, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:
- Cópia simples do comprovante de inscrição de Microempreendedor Individual (MEI);
 - Comprovante de conta corrente em nome do CPF do credenciado;
 - Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado;
 - Certidão Negativa de Débitos (CND) junto à Receita Federal e Certidão de Regularidade do ISS.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO DURANTE A VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 12.1. São obrigações do credenciado / contratado:
- Realizar a oficina de acordo com a proposta inscrita;
 - Emitir relatório das atividades realizadas, acompanhado de lista de frequência;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- c) Cumprir rigorosamente os prazos para realização dos eventos a partir da convocação emitida pela Secretaria de Esportes e Lazer;
- d) Garantir boa qualidade dos serviços;
- e) Responsabilizar-se por sua participação nos eventos;
- f) Manter, durante toda a vigência do credenciamento, os documentos e certidões apresentados, devidamente em dia e atualizados;
- g) Responsabilizar-se por danos e/ou prejuízos que vierem causar à Secretaria de Esportes e Lazer ou a terceiros;
- h) Prestar contas da execução do serviço mediante apresentação de relatórios, listas de frequência e registros fotográficos;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Esportes e Lazer;
- j) É vedada a subcontratação de objeto contratado sem autorização expressa da Administração Pública.

12.2. Das obrigações da Secretaria Municipal De Esportes e Lazer

- a) Respeitar os prazos a tramitação do presente credenciamento.
- b) Garantir a publicidade aos atos praticados durante o credenciamento justificando-os quando solicitado pelo credenciado ou terceiros;
- c) Manter atualizada e disponível no site da Prefeitura do Município de Cajamar a relação de credenciados.

13. DA REMUNERAÇÃO

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis da apresentação da nota fiscal.

13.2. Forma de pagamento:

13.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.2.3. Valores referenciais para remuneração:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	REFERENCIA
1	Artes Plásticas: pintura em tela / Técnicas e práticas de desenho	Hora/Aula	R\$ 50,00
2	Violino	Hora/Aula	R\$ 66,67
3	Violão	Hora/Aula	R\$ 56,27
4	Capoeira	Hora/Aula	R\$ 56,63
5	Teatro e Teatro Infantil	Hora/Aula	R\$ 64,71
6	Ballet	Hora/Aula	R\$ 58,83



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

7	Coral	Hora/Aula	R\$ 41,99
8	Dança do Ventre	Hora/Aula	R\$ 53,24
9	Artes Marciais: Judô/Jiu-Jitsu e Karatê	Hora/Aula	R\$ 67,70
10	Ginástica Artística	Hora/Aula	R\$ 63,33
11	Artesanato: Crochê e Pintura em tecido	Hora/Aula	R\$ 56,61
12	Áudio visual: Edição de vídeo	Hora/Aula	R\$ 55,00
13	Muay Thai	Hora/Aula	R\$ 46,23
14	Fotografia	Hora/Aula	R\$ 67,50
15	Contação de Histórias	Hora/Aula	R\$ 48,25
16	Professor de Natação	Hora/Aula	R\$ 103,16

14. PENALIDADES

- 14.1. Em caso de falta injustificada do contratado será aplicado o desconto da hora atividade.
- 14.2. Em caso de falta com justificativa, o contratado deverá apresentar documentação pertinente que estará sujeita à análise e deferimento pela coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
- 14.3. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer poderá autorizar, em caso de falta, a reposição da hora atividade, mediante avaliação da coordenação das oficinas.
- 14.4. Serão apurados os casos de impontualidade na execução da hora atividade, estando sujeito ao desconto sobre o valor total do mês da ocorrência.
- 14.5. Em caso de reincidência do **item 12.1**, será aplicada multa contratual sobre o valor total do mês da ocorrência.
- 14.6. Durante a vigência do contrato, o contratado estará sujeito à legislação vigente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e Código Penal.
- 14.7. É proibido ao contratado transferir a execução das atividades para outro profissional ou auxiliar, estando sujeito à rescisão de contrato por parte da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
- 14.8. Outras diretrizes serão aplicadas conforme decreto municipal nº 7.144 e 9 de fevereiro de 2024

15. DA RESCISÃO

- 15.1. O contrato poderá ser rescindido pela contratante a qualquer tempo, desde que justificada a rescisão e nos casos da legislação em vigor.
- 15.2. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, sem aplicação de penalidade, mediante notificação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.
- 15.3. A inexecução parcial ou total do contrato poderá ensejar a sua rescisão a qualquer momento.

16. RECURSO

- 16.1. Das decisões da Comissão de Seleção, relativa à análise dos projetos, caberá recurso no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da publicação do resultado no site da Prefeitura do Município de Cajamar ou Diário Oficial do Município.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- 16.2. Os recursos serão dirigidos à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e à Comissão de Seleção através do e-mail (esportes@cajamar.sp.gov.br)
- 16.3. O resultado final do processo do credenciamento será publicado no site oficial da Prefeitura do Município de Cajamar: www.cajamar.sp.gov.br ou Diário Oficial do Município.
- 16.4. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer decidirá sobre eventuais casos omissos.
- 16.5. Caberá à comissão de contratação receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões ou, fazê-lo subir, devidamente informado à autoridade superior ao Agente, com competência para decidir recursos, para a decisão final.
- 16.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 16.8. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

17. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- 17.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório deste credenciamento e seus Anexos, observando para tanto, **o prazo de até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para recepção dos credenciamentos, por meio eletrônico, na forma do Edital, através do e-mail esportes@cajamar.sp.gov.br.
- 17.2. As impugnações deverão ser protocoladas pelos interessados, por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recepção dos credenciamentos, através do e-mail esportes@cajamar.sp.gov.br.
- 17.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.
- 17.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema.
- 17.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.6. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
- 18.2. A contratação dos profissionais credenciados está vinculada a disponibilidade financeira e avaliação de demandas para execução das oficinas culturais ou esportivas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- 18.3. A inscrição do candidato implica na prévia e integral concordância com este Edital.
- 18.4. O credenciado é responsável pelo desenvolvimento da sua atividade e pelas informações e conteúdo nos documentos apresentados, excluindo qualquer responsabilidade civil ou penal da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, cabendo a esta a supervisão e fiscalização das atividades realizadas pelos contratados nos equipamentos sob sua administração nos termos deste Edital.
- 18.5. Este credenciamento e/ou contratação não geram qualquer vínculo trabalhista entre a administração nos termos deste Edital.
- 18.6. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município; e no endereço eletrônico desta Prefeitura (<http://www.cajamar.sp.gov.br>).
- 18.7. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município.
- 18.8. **FORO.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Cajamar/SP.
- 18.9. O edital encontra-se padronizado conforme § 1º do art. 25 da Lei Federal 14.133/21
- 18.10. Decreto que regulamenta a Lei Federal 14.133/2021 está disponível no site: <https://cajamar.sp.gov.br/decretos/decretos-municipais/decreto-7139-de-2024/>
- 18.11. Decreto que regulamentou as apurações de infrações e aplicação de sanções administrativas: <https://cajamar.sp.gov.br/decretos/decretos-municipais/decreto-7144-de-2024/>

Cajamar/SP, 02 de fevereiro de 2026.

AFONSO BARBOSA DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

Credenciamento de interessados na prestação de serviços de desenvolvimento de oficinas em diferentes linguagens e práticas artísticas, culturais e esportivas conforme termo de referência.

O Presente credenciamento ficará permanentemente aberto por um prazo de 05 anos podendo ser prorrogado ou encerrado até que satisfaça o interesse da Administração Pública.

1.1. JUSTIFICATIVA

A realização do credenciamento de oficinairos visa garantir a qualificação, especialização e diversidade de profissionais para a execução de atividades culturais, esportivas e educacionais, conforme a demanda da organização ou da administração pública. O processo de credenciamento tem como objetivo assegurar que todos os oficinairos selecionados possuam as competências técnicas necessárias, além de cumprir com os requisitos legais e normativos estabelecidos.

A necessidade de credenciamento se dá pela crescente demanda de oficinas e atividades nas áreas culturais e esportivas, que exigem a contratação de profissionais qualificados, capazes de oferecer uma formação de qualidade e de proporcionar uma experiência significativa para os participantes. A seleção por meio do credenciamento proporciona uma gestão eficiente, baseada em critérios técnicos e objetivos, além de proporcionar transparência e competitividade no processo de escolha dos profissionais.

1.2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Credenciamento de interessados na prestação de serviços de desenvolvimento de oficinas em diferentes linguagens e práticas artísticas, culturais e esportivas, conforme condições e exigência estabelecidas neste instrumento:

Quant. de vagas	Oficinas	Faixa etária	Carga horária semanal
02	Artes Plásticas: pintura em tela / Técnicas e práticas de desenho	Desenho: dos 06 até 13 anos Pintura em tela: a partir dos 14 anos	10 horas (cada)
01	Violino	A partir dos 06 anos	08 horas
02	Violão	A partir dos 06 anos	07 horas (cada)
02	Capoeira	A partir dos 06 anos	06 horas (cada)
02	Teatro e Teatro Infantil	A partir dos 06 anos	10 horas (cada)
02	Ballet	Dos 06 até 13 anos	05 horas (cada)
01	Coral	A partir dos 14 anos	04 horas
02	Artes Marciais: Judô e Karatê	A partir dos 05 anos	10 horas (cada)
02	Ginástica Artística	A partir dos 05 anos	15 horas (cada)
02	Artesanato: Crochê e Pintura em tecido	A partir dos 14 anos	04 horas (cada)
01	Áudio visual: Edição de vídeo	A partir dos 16 anos	08 horas
01	Muay Thai	A partir dos 05 anos	06 horas
01	Fotografia	A partir dos 16 anos	04 horas
01	Contação de Histórias	A partir dos 16 anos	04 horas
01	Dança do Ventre	A partir dos 14 anos	06 horas
03	Natação	A partir dos 06 anos	20 horas cada

1.3. Os credenciados integrarão o cadastro específico válido por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que informados 30 (trinta) dias antes de finalizar o contrato vigente.

1.3.1 São atribuições do oficinairo:

Edital de Chamamento Público – P.A 579/2025

Ginásio Poliesportivo Lamartine de Paula Lima Av. Prof. Walter Ribas de Andrade, 300 Centro – Cajamar/SP

Telefone: +55 (11) 4446-0131 – Ouvidoria: 0800-771-1223 Página 15 de 40



Elaborar, desenvolver e avaliar atividades com seu público-alvo (crianças, adolescentes, adultos e idosos), a fim de propiciar vivência e participação ativa no processo de ensino e aprendizagem no qual estiver inserido;

Participar de reuniões com a coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer sempre que convocado;

Participar das ações de formação propostas pela coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

Organizar e apresentar todos os conteúdos relativos às pesquisas, planejamento e avaliação das atividades sempre que solicitado pela coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

No caso das atividades culturais, deve-se desenvolver junto à coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer uma apresentação dos alunos para que os mesmos vivenciem artisticamente os aprendizados em aula. O espetáculo de encerramento da oficina deverá conter: tema, roteiro e direção;

As oficinas serão organizadas conforme demanda observada pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e disponibilidade orçamentária;

Planejar e organizar a participação dos alunos das oficinas em atividades e eventos organizados pela Prefeitura do Município de Cajamar.

Os itens objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 7.139/2024.

O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

A contratação não está contemplada no Plano de Contratação Anual para o exercício de 2026, no entanto, em virtude da demanda identificada, o Secretário responsável pela gestão do projeto, tomará as medidas necessárias para a inclusão deste processo de credenciamento, de forma excepcional, conforme a necessidade do programa ou projeto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 SUSTENTABILIDADE

4.1 Para as práticas e critérios de sustentabilidade, a contratada deverá:



4.1.1. Considerando a natureza do objeto, não há impactos ambientais significativos associados à contratação. No entanto, é essencial que a licitante adote critérios e práticas de sustentabilidade, garantindo a conformidade com diretrizes de responsabilidade socioambiental.

Nesse sentido, devem ser observados princípios como a promoção da inclusão social, o incentivo à diversidade cultural e esportiva, a eficiência na utilização de recursos públicos e a valorização de práticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a execução das atividades deve seguir boas práticas que minimizem desperdícios, incentivem a economia local e fomentem a conscientização ambiental entre os participantes.

5 - AMOSTRAS

Não se aplica.

5.1 VISTORIA

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5.2 Indicação de marcas ou modelo

Não haverá exigência nem vedação de marcas/modelos para a presente contratação.

5.2.1 SUBCONTRATAÇÃO

5.2.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O início do fornecimento do serviço será após assinatura do contrato e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Local e Horários serão definidos pela Coordenação das oficinas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do presente chamamento, os candidatos maiores de 18 (dezoito) anos.

É vedada a participação de membros da Comissão de Seleção e de seus familiares, até o segundo grau de parentesco, de funcionários da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, assim como os demais funcionários de órgãos da administração direta e indireta municipal.

Para fins deste Edital considera-se oficinheiro a pessoa enquadrada em um ou mais dos critérios abaixo:

- a) Possuir diploma de Licenciatura Plena, Bacharelado ou Curso Técnico nas áreas de Educação Artística, Artes Plásticas, Artes Visuais, Artes Cênicas, Teatro, Dança, Música;
- b) Comprovar realização, nos últimos 02 (dois) anos, de atividades de difusão, formação e mediação cultural em uma ou mais de uma, das linguagens artísticas.

Nas modalidades, Judô e Karatê, os requisitos são:

- a) Experiência na modalidade, experiência com grandes grupos e diferentes faixas etárias e capacidade de revezamento entre os núcleos.

Na modalidade, Ginástica Artística, os requisitos são:

- a) Nível superior em educação física (Bacharelado), experiência em ginástica artística com grande número de alunos e diferentes níveis de habilidade.

Para as modalidades esportivas, Judô, Karatê e Ginástica Artística, deve-se comprovar a realização de mediação das referidas práticas esportivas nos últimos 02 (dois) anos.

Comprovar notório saber, quando for o caso.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único: Entende-se como notório saber, o profissional que não cursou o Curso Superior, porém, ao levar-se em conta suas experiências profissionais anteriores, constata-se que o mesmo detém conhecimento suficiente para que possa compartilhar o ensinamento específico de sua proposta de trabalho. Considera-se como critério de notório saber: relacionar e comprovar por meio de fotos, releases e documentos de certificados, experiências profissionais e de cursos extracurriculares.

Natação:

O candidato deverá apresentar Plano de Trabalho completo, contendo: metodologia, plano de aulas, formas de avaliação e progressões.

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Coerência entre o currículo do candidato e a proposta apresentada	A comissão avaliará se a proposta apresentada tem coerência com a formação, notório saber (quando for o caso) e experiências anteriores do candidato. Tal verificação se dará através da análise do portfólio e do currículo entregues no momento da inscrição.	0 a 10
Qualidade técnica da proposta	A comissão avaliará a qualidade técnica da proposta a partir da avaliação da justificativa, dos objetivos, das estratégias previstas e do plano de trabalho apresentado pelo candidato no momento da inscrição.	0 a 13
Inovação da proposta	A comissão avaliará o quão inovadora e quais aspectos, esportivos, a proposta proporcionará aos participantes das participantes.	0 a 10
Viabilidade técnica da proposta	A comissão avaliará a viabilidade técnica da proposta levando em conta a disponibilidade financeira, a disponibilidade de materiais necessários para a realização do projeto apresentado, a disponibilidade e adequação dos espaços para a realização das aulas de natação, a demanda e o público-alvo.	0 a 10
Experiência anterior do candidato	A comissão avaliará a experiência anterior do candidato em atividades esportivas a partir do currículo e do portfólio apresentados.	0 a 05
Tempo de residência na cidade de Cajamar	O candidato inscrito e residente no município de Cajamar receberá 01 (um) ponto por ano de efetiva residência, podendo acumular no máximo 02 (dois) pontos. A comprovação deverá ser verificada através da análise de comprovante de endereço e do domicílio eleitoral.	0 a 02

9.2. Serão considerados credenciados os candidatos que atingirem a pontuação igual ou maior que 25 (vinte e cinco) pontos.

9.3. Após a seleção e credenciamento das propostas, a Comissão de Seleção encaminhará o resultado para homologação e publicação do site da Prefeitura do Município de Cajamar ou Diário Oficial do Município, dos classificados por ordem de pontuação decrescente.

6.2 DAS VAGAS

6.2.1. Serão oferecidas vagas conforme demanda da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

6.2.2. Os inscritos serão classificados de acordo com a pontuação recebida, em ordem decrescente.



7. DOS LOCAIS DE ATUAÇÃO

7.1. O oficinairo contratado realizará suas atividades em equipamentos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e/ou outros locais a serem definidos pela equipe de coordenação das oficinas.

8.. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

8.1. A fim de garantir a imparcialidade e a excelência na escolha, será nomeada uma Comissão Especial instituídas por portaria.

8.2 A Comissão Especial examinará e julgará os documentos apresentados, sendo inabilitadas, nesta fase, as proponentes que não atenderem às exigências formuladas no respectivo Edital.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

9.4. Após a assinatura do contrato, a Municipalidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5. Fiscalização: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, nos termos do Decreto Municipal nº 7.139/2024, pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme segue:

10. RESPONSÁVEIS

10.1 Fiscal técnicos

Titular: Juliana Azevedo da Cunha

RE: 16.903

Suplente: Adilson Pereira

RE: 12.992

11. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

A modalidade será de CREDENCIAMENTO com base nos Artigos 78 e 79 inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento maior pontuação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO DURANTE A VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

12.1. São obrigações do credenciado / contratado:

Realizar a oficina de acordo com a proposta inscrita;

Emitir relatório das atividades realizadas, acompanhado de lista de frequência;

Cumprir rigorosamente os prazos para realização dos eventos a partir da convocação emitida pela Secretaria de Esportes e Lazer;

Garantir boa qualidade dos serviços;



Responsabilizar-se por sua participação nos eventos;
Manter, durante toda a vigência do credenciamento, os documentos e certidões apresentados, devidamente em dia e atualizados;
Responsabilizar-se por danos e/ou prejuízos que vierem causar à Secretaria de Esportes e Lazer ou a terceiros;
Prestar contas da execução do serviço mediante apresentação de relatórios, listas de frequência e registros fotográficos;
Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Esportes e Lazer;
É vedada a subcontratação de objeto contratado sem autorização expressa da Administração Pública.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Respeitar os prazos a tramitação do presente credenciamento.
Garantir a publicidade aos atos praticados durante o credenciamento justificando-os quando solicitado pelo credenciado ou terceiros;
Manter atualizada e disponível no site da Prefeitura do Município de Cajamar a relação de credenciados.

14. DAS PENALIDADES

As sanções por descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência são aquelas constantes da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, bem como Decreto Municipal nº 7.144/2024.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Esportes
Fonte de Recurso: Tesouro

16. GARANTIA CONTRATUAL

Esta Secretaria não exige garantia contratual.

17. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1. Para realizar a contratação do profissional, este deverá apresentar os seguintes documentos relacionados abaixo, haja vista que a regularidade fiscal e trabalhista é obrigatória para habilitação em processos de contratação pública, conforme disposto no art. 62, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:
Cópia simples do comprovante de inscrição de Microempreendedor Individual (MEI);
Comprovante de conta corrente em nome do CPF do credenciado;
Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado;
Certidão Negativa de Débitos (CND) junto à Receita Federal e Certidão de Regularidade do ISS.

18. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para este credenciamento serão gratuitas e estão condicionadas à entrega dos formulários e demais exigências contidas no respectivo Edital.

Telefones para esclarecimento de dúvidas – Secretaria Municipal de Esportes, 4446-0131, ou através dos e-mails esportes@cajamar.sp.gov.br.

18.1 A inscrição do candidato implicará na ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

- a) Ficha de inscrição preenchida e assinada (**Anexo II**);
- b) Cópia do RG;
- c) Cópia do CPF;



- d) Cópia do Título de Eleitor;
- e) Certidão de quitação eleitoral referente aos últimos 05 (cinco) anos
- f) Cópia do comprovante de residência atualizado;
- g) Cópia do diploma na área de atuação;
- h) Comprovante de notório saber, quando for o caso;
- i) Apresentar comprovação da experiência e tempo de atuação da atividade através de material de divulgação, portfólio, outros;
- j) Currículo esportivo (para as modalidades esportivas), atualizado e assinado (**Anexo VI**). As atividades relacionadas no currículo deverão ser acompanhadas dos respectivos documentos de comprovação das atividades esportivas desenvolvidas, diploma, certificados, registros de trabalhos realizados, declarações, publicações na imprensa, entre outros, que poderão ser apresentados em cópia simples, conforme os itens “g”, “h” e “i”; as atividades relacionadas no currículo, não comprovadas, serão desconsideradas pela Comissão de Seleção;
- k) Declaração do proponente de que tem ciência de que o seu credenciamento e possível seleção para integrar o credenciamento não geram direito subjetivo a sua efetiva contratação e que conhece e aceita incondicionalmente as regras do presente Edital, responsabilizando-se por todas as informações contidas na proposta de trabalho, caso venha a ser contratado, após apresentar a documentação exigida pela Municipalidade (**Anexo III**);
- l) Declaração de ausência de vínculo funcional ou contratual e de parentesco (**Anexo IV**);
- m) Plano de Trabalho; contendo: metodologia, plano de aulas, formas de avaliação e progressões. conforme modelo disponível (**Anexo V**)
- n) Declaração LGPD.-(**Anexo VII**)
- o) Atestado de antecedentes criminais

18.1.3. Os documentos apresentados deverão estar em nome do profissional proponente ou como coautor ou outra forma de participação;

18.1.4. A ausência da apresentação de quaisquer dos documentos exigidos, documentos ilegíveis ou incorretamente preenchidos, ensejará à impugnação da inscrição;

18.1.5. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer poderá ampliar ou reduzir as aulas de natação, mediante avaliação técnica, demandas, dados estatísticos e disponibilidade de recursos financeiros, durante a vigência.

18.1.6. Os horários e dias de realização das aulas serão definidos pela coordenação Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, de acordo com as demandas, faixa etária e espaços públicos.

Não será admitida a entrega de documentos após o período das inscrições.

Os candidatos poderão apresentar até 02 (dois) projetos e planos de trabalho diferentes, podendo ser contemplados de acordo com a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

19. CONSÓRCIO

Não se aplica.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

Para a elaboração das propostas, os credenciados deverão seguir o Termo de Referência.

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO;

Nome:		
Idade:		
Endereço:		
Cidade:	Bairro:	
CEP:	Estado:	
Estado civil:		
Número de filhos:		
Profissão:		
CPF:	RG:	
Título de eleitor:	Zona:	Seção:
Telefone:		
E-mail:		

Venho por meio desta, espontaneamente, solicitar minha inscrição para participar do processo de chamamento público nº01/2025, a fim de pleitear o credenciamento de professor com o objetivo de execução de aulas de _____ por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Para tanto, declaro para os devidos fins que estou ciente da íntegra do presente Edital e, principalmente, no que se refere às condições e exigências para o credenciamento.

Cajamar, _____ de _____ de 2026.

Assinatura – Proponente

Deve-se anexar à esta ficha de inscrição:

- a) Cópia do RG;



- b) Cópia do CPF;
- c) Cópia do Título de Eleitor;
- d) Certidão de quitação eleitoral referente aos últimos 05 (cinco) anos
- e) Cópia do comprovante de residência atualizado;
- f) Cópia do diploma e ou certificação de conclusão de curso, na área de atuação;
- g) Comprovante de notório saber, quando for o caso;
- h) Anexos III e IV devidamente preenchidos e assinados;
- i) Plano de Trabalho/ Proposta (Anexo V) e currículo esportivo acompanhado das devidas comprovações (Anexo VI).
- j) Atestado de antecedentes Criminais



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO;

Eu, _____, declaro para os devidos fins que estou ciente das normas estabelecidas no presente Edital de Chamamento e da possibilidade de seleção para integrar o credenciamento, não gerando assim, direito subjetivo à efetivação no quadro dos servidores da Prefeitura do Município de Cajamar, bem como assumo total responsabilidade por todas as informações inseridas nesse processo.

Por ser a referida verdade, subscrevo-me.

Cajamar, ____ de _____ de 2026.

Assinatura – Proponente



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO FUNCIONAL OU CONTRATUAL E DE PARENTESCO

Eu, _____, declaro para os devidos fins que não possuo parentesco com membros da Comissão de Seleção e de seus familiares, até o segundo grau de parentesco, e que não possuo vínculo funcional com Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

Por ser a referida verdade, subscrevo-me.

Cajamar, ____ de _____ de 2026.

Assinatura – Proponente



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO V - MODELO PARA PROPOSTA ARTÍSTICA, CULTURAL OU ESPORTIVA

NOME DO PROPONENTE: completo por extenso.

PROPOSTA PARA QUAL OFICINA: linguagem artística, cultural ou esportiva.

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES: limite máximo (sugestão)

OBJETIVO: apresentar, de forma clara e objetiva, para que fim realizar essa proposta, qual o resultado técnico considerando competências e habilidades, o que se pretende alcançar até o final do desenvolvimento da proposta.

JUSTIFICATIVA: o porquê colocar em prática essa proposta, qual a relevância desse trabalho para os participantes e qual a contribuição para a arte, cultura ou esporte do município.

DESCRIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA OU METODOLOGIA: como será colocada em prática a proposta, quais as atividades e estratégias de ações pedagógicas a serem utilizadas ao longo do trabalho.

PLANO DE TRABALHO: etapas de desenvolvimento das atividades.

INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA:

materiais, espaços, equipamentos, outros.

AVALIAÇÃO: como será o processo de avaliação da oficina, bem como do aprimoramento técnico dos participantes.

Cajamar, ____ de _____ de 2026.

Assinatura – Proponente



ANEXO VI - MODELO PARA CURRÍCULO ARTÍSTICO, CULTURAL OU ESPORTIVO

NOME DO(A) CANDIDATO(A):

1) Experiências anteriores como oficinairo:

- Local
- Endereço
- Contato
- Tempo de experiência
- Atividades desenvolvidas
- Anexar outros materiais informativos que julgar relevante

2) Experiências que proporcionaram o notório saber (se for o caso)

- Local
- Endereço
- Contato
- Tempo de experiência
- Atividades desenvolvidas
- Participações em eventos ou outros
- Material impresso de divulgação ou portfólio
- Outros materiais ou informações que julgar relevante

Observação: As comprovações das atividades através de registro fotográfico devem, obrigatoriamente, apresentar de forma clara a participação proponente (candidato a oficinairo). Além disso, todas as fotos devem conter obrigatoriamente legenda com data e local. Outros materiais comprobatórios deverão, na medida do possível, ter identificação de data e local.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VII - SANÇÕES.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 7.144, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024

PUBLICADO NO
D.O.M
Edição nº: 1133
Data: 09 / 02 / 2024

“ESTABELECE REGRAS E DIRETRIZES PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES E EMPRESAS CONTRATADAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DANILO BARBOSA MACHADO, Prefeito do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 86, incisos li e VIII, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, regulamentada, em âmbito Municipal pelo Decreto nº 7.139, de 05 de fevereiro de 2024;

Considerando a necessidade de estabelecer regras e diretrizes para apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

Considerando, por fim, o que consta no Processo Administrativo nº 1.294/2024.

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas aos licitantes e empresas contratadas, nos termos dos artigos 155 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Cajamar.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Indireta ficarão sujeitos às regras deste Decreto, no que couber, podendo editar regulamentos complementares em razão das peculiaridades da entidade, desde que não conflitem com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Direta, autárquica e fundacional, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras vigentes que regulamentam o respectivo procedimento em âmbito federal, exceto nos casos em que a lei, a regulamentação específica ou o termo de transferência dispuser de forma diversa sobre as contratações com os recursos do repasse.

Handwritten initials and a checkmark.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 02

Seção II Definições

Art. 3º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:

I – descumprimento de pequena relevância: descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

II – multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

III – multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 4º Ao licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Decreto.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a".

Art. 5º A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

30
f



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 03

I – descumprimento de pequena relevância;

II – inexecução parcial de obrigação contratual.

Art. 6º A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

A 4
2



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 04

Parágrafo único. Nos contratos e atas que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata este artigo para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

Art. 7º O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I – retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II – descontado do valor da garantia prestada;

III – pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM); ou

IV – cobrado judicialmente.

Art. 8º Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

§ 1º Aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV e V do caput deste artigo será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 2 (dois) anos.

§ 2º Aos responsáveis pela infração administrativa prevista no inciso II do caput deste artigo será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos.

§ 3º Aos responsáveis pela infração administrativa prevista no inciso VI do caput deste artigo será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 1 (um) ano.

f 2
8



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 05

Art. 9º Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º deste Decreto, pelo prazo máximo de 6 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º Aos responsáveis pela infração administrativa prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos pelo prazo de até 4 (quatro) anos.

§ 3º Aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III e V deste artigo caput deste artigo será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos pelo prazo de até 6 (seis) anos.

§ 4º Aos responsáveis pela infração administrativa prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Art. 10. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

Art. 11. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

+



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 06

§ 1º Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º O disposto no caput desse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

Art. 12. Na aplicação das sanções, a Administração deverá observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

§ 1º São circunstâncias **agravantes**:

I – a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II – o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV – a reincidência;

V – a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no art. 11 deste Decreto.

§ 2º Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

§ 3º Para efeito de **reincidência**:

I – considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos;

III – não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

f p
8



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 07

§ 4º São circunstâncias **atenuantes**:

- I – a primariedade;
- II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III - reparar o dano antes do julgamento;
- IV - confessar a autoria da infração.

§ 5º Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

Seção I Da instauração do processo administrativo punitivo

Art. 13. Constatada a ocorrência de infração administrativa disposta no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o agente público responsável pela licitação ou pela gestão do contrato deverá:

- I - notificar o licitante ou o contratado para apresentar justificativa e providências para a correção da irregularidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
- II - analisar a justificativa de que trata o inciso I do deste artigo.

Art. 14. Rejeitada a justificativa de que tratam os incisos I e II do art. 13 deste Decreto, o agente público responsável pela licitação ou gestão do contrato emitirá parecer técnico fundamentado, ou documento equivalente, e o encaminhará ao respectivo Ordenador de Despesas.

Parágrafo único. O parecer técnico fundamentado ou documento equivalente de que trata este artigo deverá conter os dados de identificação do licitante ou do contratado, a descrição da infração constatada e a sanção correspondente, conforme dispositivos legais, regulamentares e contratuais.

Art. 15. O ordenador de despesas deverá realizar juízo de admissibilidade relativo ao parecer técnico fundamentado de que trata o art. 14 deste Decreto, com vistas a:

- I – avaliar se é cabível a instauração de processo administrativo punitivo;
- II – tomar medidas administrativas de saneamento para a mitigação de riscos de nova ocorrência na hipótese de simples impropriedade formal.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 08

Art. 16. Admitido o juízo de admissibilidade de que trata o art. 15 deste Decreto, o ordenador de despesas deverá instaurar processo administrativo punitivo.

Seção II

Da condução do processo administrativo punitivo

Art. 17. O processo administrativo punitivo deverá ser conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis.

Parágrafo único. O processo administrativo punitivo para apuração de infrações que impliquem apenas nas sanções de advertência ou multa poderá ser conduzido por servidor efetivo ou empregado público designado.

Art. 18. A comissão processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual.

Art. 19. Iniciado o processo administrativo punitivo, o responsável pela sua condução ou a comissão processante deverá intimar o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

§ 1º A notificação de intimação conterà, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, a identificação do licitante ou do contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-lo.

§ 2º A notificação a que se refere o §1º será enviada por uma das formas abaixo, observando-se a ordem de preferência:

I – envio ao endereço eletrônico dos representantes credenciados, do licitante ou contratado cadastrado, com comprovante de recebimento, ou;

II - envio pelo correio, com aviso de recebimento, ou;

III - entregue ao licitante ou ao contratado mediante recibo, ou;

IV - publicação no Diário Oficial do Município, quando começará a contar o prazo de 15 dias (quinze) úteis para apresentação de defesa prévia.

§ 3º Em observância ao disposto no § 4º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias de contratações de obras, serviços e fornecimentos deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo punitivo.

Art. 20. Serão indeferidas pela comissão processante ou pelo responsável pela condução do processo administrativo punitivo, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

F *W*
3



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 09

Art. 21. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Art. 22. A comissão processante ou o responsável pela condução do processo administrativo punitivo deverá elaborar e remeter ao ordenador de despesas relatório final conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou o contratado, que contenha:

I – os fatos analisados;

II – os dispositivos legais, regulamentares e contratuais infringidos, se for o caso;

III – a análise das manifestações de defesa apresentadas, se for o caso;

IV – as sanções a que está sujeito o licitante ou o contratado, se for o caso;

§ 1º O relatório de que trata este artigo poderá propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e ou materialidade.

§ 2º O relatório de que trata este artigo poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração Pública Direta, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo administrativo punitivo.

Seção III

Da aplicação de sanção e fase recursal

Art. 23. O ordenador de despesas, deverá proferir sua decisão, podendo acolher no todo, parcialmente, ou recusar as razões expostas no relatório final de que trata o art. 22 deste Decreto.

§ 1º O licitante ou o contratado será informado da decisão de que trata o caput por ofício, nos termos do §2º do art. 19 deste Decreto, abrindo-se prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração.

§ 2º Tratando-se da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, o ordenador de despesas encaminhará o processo para manifestação jurídica e fundamentará seu entendimento, conforme o disposto no art. 10 deste Decreto, e:

I - decidirá entre o acolhimento da defesa do licitante ou o contratado ou a aplicação da sanção; e

II - publicará o extrato da decisão no Diário Oficial.

Art. 24. Da decisão que aplica as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 010

Art. 25. Da decisão que aplica a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração a ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação.

Art. 26. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Art. 27. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Seção IV

Do cômputo das sanções

Art. 28. Sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência das sanções indicadas nos incisos III e IV do art. 4º deste Decreto, será somado ao período remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

§1º No cômputo das sanções, nos termos do *caput*, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado ficará impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

§2º Em qualquer caso, a unificação das sanções não poderá resultar em cumprimento inferior à metade do total fixado na condenação, ainda que ultrapasse o prazo de 6 (seis) anos previsto no §1º do deste artigo.

§3º No cômputo das sanções, nos termos do *caput*, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no §1º deste artigo, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

Art. 29. São independentes e operam efeitos independentes as infrações autônomas praticadas pelo licitante ou pelo contratado.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 4º deste Decreto serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Da Reabilitação

Art. 30. É admitida a reabilitação do licitante ou o contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;

f 20
2



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 011

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou o contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Seção II Da desconsideração da personalidade jurídica

Art. 31. A personalidade jurídica do infrator poderá ser desconsiderada, sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial.

§ 1º Desconsiderada a personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

§ 2º Nas hipóteses desconsideração da personalidade jurídica de que trata este artigo, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 3º O processo poderá ser instaurado exclusivamente contra administradores e sócios que possuem poderes de administração, se identificada prática de subterfúgios, visando burlar os objetivos legais da própria sanção administrativa.

Seção III Do julgamento conjunto de atos lesivos contra a Administração

Art. 32. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, de 01 de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente.

Seção IV Da Prescrição

f 20
g



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 7.144/2024- fls. 012

Art. 33. A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa conforme previsão do § 4º do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A aplicação das sanções previstas neste Decreto não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 35. Fica facultado ao responsável pela condução do processo administrativo punitivo, à comissão processante e à autoridade instauradora do processo administrativo punitivo, submetê-lo à manifestação jurídica a qualquer tempo.


Art. 36. Os órgãos e entidades deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da ferramenta informatizada de que trata este Decreto, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

Art. 37. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, no âmbito de suas competências, que poderá expedir normas complementares e disponibilizar informações adicionais.

Art. 38. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Cajamar, 9 de fevereiro de 2024.


DANILO BARBOSA MACHADO
Prefeito Municipal


MICHAEL CAMPOS CUNHA
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

Publicado no Diário Oficial do Município e arquivado em pasta própria, no local de costume.


RAFAEL PETROZZIELLO
Secretaria Municipal de Governo



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO LGPD.

O (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX**, portador (a) da Carteira de Identidade n. ° **XXXXXXXXXX** e do CPF n. ° **XXXXXXXXXX**, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de credenciamento e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar deste credenciamento e ser contratado (a), o (a) interessado (a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. Referentes a participações societárias;
- 1.3. Informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local: _____, _____, de _____ de _____.

Assinatura

(Assinatura e identificação do representante legal/procurador da proponente)